

WOOD, GORDON S.  
*A REVOLUÇÃO  
AMERICANA*. RIO DE  
JANEIRO: OBJETIVA,  
2013.

Fernanda Cláudia Pandolfi

Universidade Federal de Minas Gerais

O livro *A Revolução Americana* de Gordon Wood é um exemplo da importância dos livros de divulgação científica para difusão do conhecimento histórico. Publicado originalmente em inglês em 2002, o livro refina e aplica interpretações desenvolvidas pelo autor em trabalhos anteriores, por exemplo, Wood (1991), que lhe deu o prêmio Pulitzer de 1991, e Wood (1969). Com linguagem acessível ao público não especializado e capítulos dispostos cronologicamente, o autor analisa os efeitos que a Revolução Americana produziu na vida cotidiana daquela sociedade. Sua principal contribuição neste e em outros trabalhos tem sido a de criticar ou, em alguns casos, qualificar tanto análises que tendem a criar uma aura de divindade sobre a geração dos líderes revolucionários como os estudos produzidos principalmente na primeira metade do século XX, que tendem a privilegiar os aspectos de conflitos de classes na revolução. Autor de reconhecida produção acadêmica,

\* Doutora em História pelo Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Pós-doutoranda em História no Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
E-mail: ferpandolfi@hotmail.com

Gordon Wood concluiu o doutorado em Harvard e leciona atualmente na Universidade Brown.

Organizado em sete capítulos, o livro aqui resenhado inicia-se com a abordagem das origens da revolução e finaliza com a sua institucionalização. O crescimento populacional e a expansão da riqueza no período prévio são considerados os principais fatores para a eclosão da revolução por propiciarem o surgimento de poderes políticos locais independentes nas regiões mais distantes da colônia, o que dificultou significativamente sua governabilidade pelos ingleses. A implantação de regulamentações e leis como a Lei do Selo e a Lei do Chá nesse contexto catalisaram as insatisfações, mobilizando e unificando a resistência contra os ingleses. Uma inovação teórica importante introduzida pelo autor, já no início do livro, é a adoção de uma perspectiva relacional, em que as mudanças nas formas pelas quais as pessoas se conectavam socialmente redefiniram progressivamente as relações de poder. Particularmente interessante a esse respeito é a sugestão de que a intensa mobilidade populacional no período teria favorecido a formação de vínculos mais fluídos entre as pessoas, dificultando a permanência das relações de dependência que caracterizavam a sociedade colonial.

Líderes revolucionários importantes como George Washington e Thomas Jefferson são brevemente citados, provavelmente devido a limitações editoriais. Aos pesquisadores interessados em uma descrição mais detalhada do papel desses líderes na revolução, sugere-se outro texto do autor (Wood, 2007), que explica que eles, apesar de não serem democratas no sentido moderno do termo, criaram uma aristocracia diferente da nobreza hereditária que governou até o século XVIII.

Nos capítulos seguintes, o autor reconstitui a gradativa mudança na forma de fazer política no período, analisando, por exemplo, o surgimento das associações locais, dos governos informais e de um novo tipo de política popular, em que os chamados "incendiários" competiam pela liderança política trazendo escândalos morais para o centro do debate político. O mais influente desses incendiários, segundo o livro, foi Thomas Paine, que se notabilizou por substituir em seus panfletos políticos o latim e as referências eruditas pelas citações bíblicas, alcançando, com isso, um público muito mais amplo.

Sobre a guerra de independência propriamente dita, o autor discorre a respeito dos diversos fatores que levaram à derrota da Grã-Bretanha como, por exemplo, os obstáculos decorrentes da grande extensão territorial e da natureza selvagem das colônias, o apoio dos franceses e a liderança militar de George Washington. A parte mais esclarecedora dessa discussão, entretanto, é a conclusão de que a Declaração de Independência, por representar

um compromisso entre as treze colônias, significava que o termo Estados Unidos tinha um sentido literal naquele momento em que o conceito de nação estava relacionado às identidades regionais.

O republicanismo que se institucionalizou com a revolução é analisado pelo autor não somente como uma forma de governo, mas como uma forma de vida, de ideais e de valores, que se baseavam em uma moral mais rígida, se comparada a da monarquia que tolerava altos graus de interesses privados e corrupção entre seus membros. Ao afirmar que o republicanismo era uma ideologia “tão radical para o século XVIII quanto o marxismo seria para o século XIX” (p. 119), o autor enfatiza exatamente esse ponto, argumentando que a revolução desafiou princípios fundamentais da monarquia como a hierarquia, a devoção aos laços de sangue, o patriarcalismo e as relações de dependência. O republicanismo americano, entretanto, não era logicamente inconsistente com a monarquia, tendo sido seus princípios adotados por intelectuais que procuravam reformar e revitalizar as sociedades monárquicas em outros países.

As mudanças na vida cotidiana trazidas com a revolução são analisadas a seguir. No âmbito religioso, por exemplo, proliferaram igrejas mais atraentes aos homens sem raízes de uma sociedade em que as antigas relações paternalistas declinavam. Uma conclusão instigante do autor é que, embora não tenham produzido uma distribuição da riqueza mais equânime, essas mudanças na vida cotidiana fizeram os americanos se sentirem mais iguais. O homem comum passou a exigir o direito de envergar títulos – o sr. e sra. – e muitos homens ricos referiam-se orgulhosamente à sua origem humilde, tendo a publicação da autobiografia de Benjamin Franklin iniciado a tradição de celebração do homem que “fez a si próprio”.

A ênfase do autor na análise das transformações advindas da revolução, contudo, não implica a adoção de uma abordagem dicotômica entre ruptura e continuidade; ao contrário, o autor prefere explicar essas mudanças sem dispensar totalmente as antigas estruturas políticas e de pensamento. A igualdade republicana, por exemplo, apesar de não ter por objetivo eliminar todas as diferenças entre os cidadãos, embutia, mesmo que em geral de forma implícita, a “ideia explosiva” de que somente a educação e o refinamento diferenciavam os homens. Da mesma maneira, argumenta o autor, embora não tenha produzido muitos efeitos imediatos, a ideia de igualdade republicana levou ao início do questionamento do ambiente intelectual que apoiava a escravidão.

Os capítulos finais analisam o período mais crítico da revolução, caracterizado pelo quase caótico ato de legislar em nível estadual com o cres-

cimento dos interesses localistas. A dificuldade de arrecadar impostos e a ameaça da integridade territorial, além disso, constituíam uma ameaça real à viabilidade da revolução. Nesse contexto, não é surpreendente que tenha havido uma guinada para a moderação, com a reorganização da estrutura político-administrativa para conter o que chamavam de “despotismo democrático”, levada a cabo sobretudo pelos federalistas, que se viam salvando a revolução de seus excessos. Essa “desradicalização”, contudo, não impediu que inovações políticas abrissem espaço para a emergência da “política popular” adotada pela geração seguinte, principalmente no norte do país, em que homens com pouca instrução e riqueza adentraram na política como representantes de grupos étnicos e religiosos, enfraquecendo o ideal republicano anterior que imaginava (utopicamente) que os legisladores deveriam ser árbitros imparciais das disputas entre os indivíduos.

O grande mérito deste livro, em nossa opinião, é o de retratar o debate de questões intelectuais e políticas em um processo que teve, e ainda tem, amplas repercussões no debate político contemporâneo. Para o público acadêmico, especificamente, é particularmente valiosa a seção de “notas bibliográficas”, em que o autor resenha extensivamente a literatura sobre a Revolução Americana em sete páginas, ressaltando temáticas e enfoques teóricos dos autores. Trata-se, portanto, de leitura introdutória importante para compreensão não apenas da sociedade americana da época da independência, mas também da emergência das estruturas políticas, administrativas e mentais contemporâneas.

### Referências bibliográficas

- WOOD, Gordon S. *Revolutionary characters: what made the founders different*. Londres: Penguin Books, 2007. E-book: Kindle edition.
- \_\_\_\_\_. *The creation of the American Republic, 1776-1787*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1969.
- \_\_\_\_\_. *The radicalism of the American Revolution*. Nova York: Vintage eBooks, 1991, Kindle Edition.

Recebido: 06/11/2014 – Aprovado: 18/11/2014